

## A LUTA POR UM PEDACINHO DE CHÃO: TRAJETÓRIAS DE VIDA

Perpétua Maria Marques de Matos Malacrida – Fundação Educacional de  
Fernandópolis  
petamatos@yahoo.com.br

*“Eles são em poucos, e nós somos em muitos, daí tem que contar a nossa história”*

*(seu Valdemarzinho, assentado)*

No intuito de colocar os sujeitos históricos do Assentamento Santa Rita<sup>1</sup>, no cenário da história regional do “Sertão de Rio Preto”,

*“como sujeitos... não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam, suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e em sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”<sup>2</sup>,*

e não estando preocupada “apenas com estruturas ou seus mecanismos de persistência e mudança, e com as possibilidades gerais e padrões de suas transformações, mas também com o que de fato aconteceu...”<sup>3</sup>, procurei reavivar na memória do “homem que está arando a terra”, por meio de depoimentos, suas trajetórias de vida, suas experiências no tempo e em diferentes espaços e os significados que eles atribuem a elas, enquanto trabalhadores rurais em luta para conseguir sua própria terra. Terra que se delineia como um projeto de vida, como a “terra onde poderia criar sua família e tirar o alimento de cada dia”<sup>4</sup>, afirma Antônio Francisco, filho de assentados.

A memória, fio condutor deste trabalho, é assim, “a possibilidade de recolocação das situações escondidas”<sup>5</sup>, suas experiências concretamente vivenciadas – modo de vida, trajetória de vida, de lutas, confrontos, resistências, frustrações, esperanças, encontros/desencontros, conquistas carregadas de uma dimensão política que permearam e permeiam o seu cotidiano. E é essa subjetividade do expositor, segundo Portelli, “o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual...Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”<sup>6</sup>. Logicamente que, ao apropriar-me da fonte oral, não o faço desprezando a fonte escrita, já que “na realidade, elas não são excludentes”, como coloca Portelli, mas sabemos, por

---

1 Este artigo retoma algumas discussões elaboradas em minha dissertação de mestrado, intitulada “O Assentamento Santa Rita: Lutando pela Terra e Construindo Vivências (dos anos oitenta à entrada do século XXI)”. Defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da UFU/MG, em agosto de 2000, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

2 Edward P. THOMPSON, O termo ausente: experiência, p.182. In: Miséria da teoria: ou um planetário de erros, 1981,

3 Eric J. HOBSBAWM, O que os historiadores devem a Karl Marx?, p. 168-169. In: Sobre História. 1998.

4 Depoimento, gravado e filmado, de Antonio Francisco Maia de Oliveira, no dia 12/11/1994, no assentamento. Sua família está assentada desde 1988.

5 D'ALÉSSIO, Márcia M. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nova. Revista Brasileira de História (25/26): 98.

6 PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Projeto História. (14): 31.

exemplo, que não encontramos a voz do “outro” nos documentos oficiais, porque estes, segundo Thompson, perpassam mais padrões do que experiências<sup>7</sup>.

E os trabalhadores rurais sem-terra, que constituem o Assentamento Santa Rita, vivenciaram, anteriormente, trajetórias diferentes, experiências diversas, passando ou não por experiências de trabalho urbano, tendo na própria área rural inserções diversas de produção (como bóias-frias, arrendatários, meeiros, posseiros etc.), mas sabiam, exatamente, onde queriam chegar – *ter seu pedacinho de chão* – e para isso empreenderam estratégias e esforços, que nem sempre estavam ao seu alcance, para atingir esse objetivo.

No início da década de 80, um grupo de trabalhadores rurais sem-terra, da cidade de Andradina (SP), começou a discutir, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais *“uma possível solução de seus problemas. Qual o problema? Queriam produzir, queriam trabalhar a terra. Mas onde? Como? Com quais recursos? Uma coisa sabiam eles, queriam ser donos de seus destinos”*<sup>8</sup>, enfatiza Antônio Francisco.

Essas famílias, reunidas com as lideranças sindicais da CPT e de partidos políticos, principalmente do Partido dos Trabalhadores, passaram a refletir sobre a realidade local, as perspectivas de trabalho e de terra na região, a partir de um levantamento prévio da questão agrária e da situação dos sem-terra, feito pelo sindicato. Essas reflexões as levaram a se organizarem em torno da luta pela terra, a adotarem nova tática de luta trazida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), à luta direta, as ocupações<sup>9</sup>.

A idéia prevalecte na sociedade é a de que as ocupações, chamadas de *invasões*, são feitas sem planejamento, sem organização, sem direcionamento, mas os que vivenciaram essa experiência, como a família de Antônio Francisco, sabem que elas só acontecem depois de se pesquisar a condição atual da fazenda, o que para ele não é difícil, porque,

*“qualquer um de nós, pode chegar em qualquer cartório do Brasil e saber a situação de qualquer fazenda. Por exemplo, tem fazendas aqui da região que tem 1000 alqueires, mas o fazendeiro paga ITR, imposto rural de 100 alqueires. E os outros 900? Geralmente é coisa grilada, conquistada à bala.. .ainda hoje tem aqui na região tem (...). Enfim, **você precisa conhecer a realidade prá você tenta muda**”*<sup>10</sup>.

Feita a pesquisa, seu Alberto se lembra de que *“todo mundo se organizô, fizemo reunião e entramo na terra, todo mundo, não foi uma pessoa só, nem duas, foi todo mundo”*<sup>11</sup>. D Amercê, confirma,

---

7 Padrões como medidas de quantidades (alimentos, habitação, vestuário, saúde, moradia, etc.), apropriados às evidências estatísticas. In: E. P. THOMPSON, A formação da classe operária inglesa, vol.1, p.37.

8 OLIVEIRA, Antônio Francisco Maia de. Reforma Agrária: o Assentamento Santa Rita. 22/10/1996 (depoimento escrito por ele, como um desabafo).

9 A ocupação é a forma de luta mais importante para os sem-terra. Com ela, eles conquistam a possibilidade de negociação. Teve início no Rio Grande do Sul, em 1978, nas glebas Macali e Brilhante, que pertenciam à antiga fazenda Sarandi (In: MORISSAWA, Mitsue, A História da luta pela terra e o MST, p.124).

10 Depoimento de Antônio Francisco, no dia 12/11/1994. (grifo meu).

11 Depoimento de seu Alberto, no dia 12/11/1994.

*“nóis fazia reunião, tinha alguém que fazia reunião com nóis, seu Renan (se refere ao padre) e a Lúcia. Mais aí eles não forçava nóis não, nóis ía por necessidade mesmo”<sup>12</sup>.*

De acordo com o MST, em todo o processo de luta pela terra, a participação da família é fundamental, e a família de D. Amércê foi uma das que participou desse processo. Em uma dessas ocupações na fazenda Primavera, grilada<sup>13</sup>, D. Amércê lembra-se que *“o fazendeiro colocô fogo, pegô fogo e aí queimô nosso barraco. Foi uma luta prá nóis jogá aqueles trem, tudo lá pro asfalto, passando aqueles caminhão, e com criança”<sup>14</sup>*. Provavelmente, foi o grileiro que tomou essa medida arbitrária e bastante conhecida: colocou jagunços atrás dos devedores (antigos arrendatários), e com isso, todos que estavam na terra tiveram suas casas e barracos queimados e um trabalhador foi assassinado.

Uma nova ocupação foi programada para a fazenda Primavera, quando os sem-terra acampados, incluindo a família de D. Amércê, tomam conhecimento de que as terras da fazenda haviam sido desapropriadas pelo governo Figueiredo,

*“é terra do INCRA, fizemu muita reunião, primeiro em um grupinho assim, (com as mãos, ela faz um pequeno círculo) entre nóis, né... Aí, primero nóis ia entrá lá e tinha um **companheiro de nóis que dedô prá polícia** que nóis ia entrá lá nessa terra do INCRA. Aí veio otro companheiro lá do INCRA e falo pra nóis: ‘não vai lá não que a polícia tá lá’ (fala imitando-o). E aí nós ficamo quieto, né, aí desconfiemo, aí nós falava: ‘qual dos companheiro será que entregô nóis?’. Aí ficamo aquela dúvida. Aí nós desconfiemo mais ou menos, aí fizemo secreta outra reunião e aí avisaru nóis que não tinha gente lá, e nós entramo na terra... nós não invadimu, nós ocupemo...”<sup>15</sup>*

O problema da delação, vivenciada por D. Amércê, fez com que a ocupação fosse interrompida e as lideranças tiveram então que resolver esse problema e o da ação da vigilância, além de refazerem o plano de ocupação. Resolvidos os problemas, todos os companheiros decidiram entrar na terra desapropriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e destinada “à Associação dos Moradores da Fazenda Primavera”, mas, segundo o MST<sup>16</sup>, sua diretoria, considerando a área grande demais, praticamente a abandonou. Essa ocupação, organizada pelo Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, ocorreu num sábado de aleluia, recorda D. Amércê:

*“todo mundo festejando e nós ia prá terra. Passemos pela polícia, as pessoa achava que nós ia fazer piquenique, com o fogão em cima da Kombi velha, que nós tinha... no Domingo de Páscoa... nosso almoço foi mandioca; como a água do poço tava suja que a mandioca ficou vermelha, e nós comeu, né, porque nós tinha fome e nós foi obrigado a comê... Dia de Páscoa é dia de tê churrasco, né? E nós demo graças a Deus que nós tinha mandioca prá comê...Por isso que hoje em dia talvez a gente sofre com um pedacinho de terra...tem veis*

12 Depoimento de Amércê, em 12/11/1994. Os depoimentos sobre ocupação relatados por D. Amércê são únicos entre as mulheres assentadas, porque só ela consegue falar sobre eles, mesmo com a voz embargada, sofrida, a respiração ofegante. Na época, as outras mulheres que ainda viviam no assentamento não conseguiram fazê-lo, pois é um recordar doloroso. Esses depoimentos foram filmados quando nosso grupo de alunos/as e professores/as da Fundação Educacional de Fernandópolis, visitaram o assentamento em 1994).

13 Ver: MORISSAWA, 2001. p.133. Ver também a nota de rodapé nº 26 da Introdução.

14 Ver: MORISSAWA, 2001, p.133.

15 Depoimento de D. Amércê, no dia 12/11/1994. (grifo meu)

16 Disponível em: <<http://www.mst.org.br/andradina>, p.2. Acesso em: 03/08/2001.

*que passô pela minha cabeça 'eu vô embora daqui', porque o sofrimento é demais até hoje, né? Océ vê, não consegui fazê casa, não consegui tábuá, mas tem hora que eu olho prá trás e vejo que o pior eu já passei, porque não tinha dinheiro nem pra comê. Hoje, graças a Deus, quem for lá em casa no tempo de fruta, vai vê que tem pra mim e tem pra quem vai lá, e dô com muito prazer quando alguém fô lá passeá. Convido a todos pra i lá, tá as ordens. Então eu vô falá pra vocês, **não é fácil não, mais graças a DEUS, tamo aí na luta**"<sup>17</sup>.*

Outra ocupação (a mais abrangente e, por isso, é referência) feita por esse grupo de migrantes e outros companheiros aconteceu na noite do dia 22 de abril de 1984, quando as famílias acampadas, sob a coordenação das lideranças, dividiram-se em três grupos para fazerem ocupações. Nessa noite, um grupo fez ocupação em Andradina, outro, em Castilho e outro, em Nova Independência.

Antônio Francisco, pertencente ao grupo de Andradina, relembra que *"em 22 de abril de 1984, cerca de 40 famílias (aproximadamente 50, para o MST) decidiram ocupar a fazenda Primavera<sup>18</sup>, uma vez que ela fazia parte do programa de assentamentos do governo federal. Lá permaneceram acampados por três dias quando aconteceu o despejo das mesmas"*.

D.Amercê, fazendo círculos com a mão, vai descrevendo a situação: *"Ocupamo a terra da Primavera à meia noite... viremo, viremo, caminhemo, passemos metade da noite no meio daquele capim, daquela escuridão.. nós pensô que ia tê na porta do INCRA... Nós demo volta assim (faz com a mão no ar a volta que fizeram) e peguemo um lugar que não tinha arame e entremo na terra... né?"<sup>19</sup>*

Três dias depois da ocupação, no dia 25, continua D. Amercê, *"aí veio o despejo e desmanchamo tudo... falô que ou por bem ou por mal tinha que sair"* (refere-se à polícia). O despejo faz parte do cotidiano dos acampados, comenta Antônio Francisco, porque, *"uma coisa que os juízes faz é dar ganho de causa contra os trabalhadores. Esse problema é quase automático (dá um sorriso irônico), primeiro eles te mandam embora, para depois saber a situação da propriedade"<sup>20</sup>.*

Mesmo sendo despejados da fazenda ocupada, não desistiram de seu objetivo e montaram acampamento nas margens da rodovia SP-563, no município de Andradina, próximo à fazenda Primavera. Essas famílias acampadas passaram por um processo de seleção e 37 delas foram assentadas pelo INCRA, na área antes ocupada. As 22 famílias restantes permaneceram acampadas: *"ficamo 9 meis na beira da estrada, relembra D. Amercê<sup>21</sup>, vivenciando o cotidiano de um acampamento, local de aglutinação das famílias que têm o firme propósito de ocupar e conquistar a terra.*

---

17 Depoimento de D. Amercê em 12/11/1994. (grifo meu)

18 A fazenda Primavera, em Andradina, foi palco de grilagem, violência, posseiros, conflitos que se estenderam até finais dos anos 70, quando se consolidou a reivindicação de desapropriação da área, assinada em 8/07/1980. No ano seguinte, 343 famílias são assentadas em 9.845 ha – uma área média de 28,7 ha por família. (Cf., BERGAMASCO, S. M. P., NORDER, L. A.C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo(1960-1997). In: MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. (orgs.), Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. 1994 .

19 Depoimento de D. Amercê, no dia 12/11/1994.

20 Depoimento de Antonio Francisco, em 26/10/1996.

21 Depoimento de D. Amercê, em 12/11/1994.

Para Stédile, “passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança”, e é aí que reside a importância da adesão de toda a família ao movimento, porque “já está em processo o que vai ser a comunidade”<sup>22</sup>. Antônio Francisco quando começa a falar de sua vivência no acampamento, pergunta:

*“Quem vai prum acampamento? “É o bóia-fria que não consegue mais emprego, é o trabalhador, porque nós somos um país agrícola e a maioria do pessoal que já foi da terra e não consegue mais emprego na cidade, começa a voltá pro campo, né? Tem os parceiros, os meeiros, arrendatários aí que não consegue terra, porque é muito mais fácil hoje o fazendeiro tê um pasto, do que dá a terra para o cidadão plantá lavoura. Praticamente é o pessoal desempregado da agricultura”<sup>23</sup>.*

A constituição de um acampamento exige organização de um espaço territorial, geralmente à beira de uma rodovia, próximo da fazenda improdutivo/grilada a ser ocupada, para fixar as famílias que chegam, trazendo nas costas sua *trouxa* com tudo o que têm: um punhado de mantimentos, roupas, cobertas, panelas, ferramentas e outros apetrechos. O primeiro trabalho da turma é limpar o terreno com seus facões, enxadas e foices, fixar os barracos de lona preta, morada incerta de dias, meses ou anos. Depois, a comissão responsável pelo acampamento cadastra as famílias e monta-se uma infra-estrutura social para atender as necessidades das famílias, com equipes responsáveis pela educação, saúde, segurança, informação, negociação, etc., necessidades que não são novas, mas “esquecidas” quando viviam “isoladas” na cidade. Para Milton Santos:

*“Como agora essa população faz parte de uma forma de organização social, construindo uma práxis, surge também o interesse pelo seu próprio desenvolvimento social... suas necessidades agora renascem com a luta pela terra”<sup>24</sup>,*

Armam-se os primeiros mutirões, a partir de uma distribuição de tarefas, geralmente por sexo: os homens, que já se “*arrancharam*” (que têm seu rancho/barraco), ajudam os outros a construir também o seu. Uma equipe de limpeza bota fogo nas touceiras de capim arrancado do grande terreiro e limpam um espaço de área, quando é possível, para plantarem sua subsistência. Alguns constroem a guarita na entrada do acampamento; outros, um refeitório comunitário, que serve também como “sala” de reuniões e ponto de encontro entre eles, com grupos de assessores e com o pessoal que vai visitá-los. As mulheres se ocupam em arrumar as tralhas da família, improvisando o fogão na terra, utilizando os gravetos ajuntados pela molecada. Com as barracas de lona construídas, as famílias procuram um meio de subsistência. Alguns sitiantes, mas raros, oferecem trabalho, outros alimentos, roupas, água; alguns sobrevivem de bicos nas cidades vizinhas. O trabalho de bóia-fria, segundo os migrantes, só se consegue com os vizinhos (siantes) já assentados na fazenda Primavera, uma vez que estes já vivenciaram essa experiência de acampamento; com os fazendeiros é impossível conseguir trabalho, o que conseguem são ameaças e atos de terrorismo.

No acampamento, lembra D. Amércê, “*a gente comia o que ganhava, né, porque não podia plantá. Ninguém acreditava em nós, chamava nós de ladrão de terra, que nós não tirava terra cas unha,*

22 J. P. STÉDILE; B.M. FERNANDES. Brava gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, p.115.

23 Depoimento de Antônio Francisco, em 12/11/1994.

24 Disponível em: <<http://www.mst.org.br/historico/historia> - [Milton Santos] A territorialização do MST -1984/5 – 1988/9, p.1. Acesso em 08/10/2001.

*que nós devia ganhá 7 palmos de terra de fundura, ameaçando, dizendo que ia matá nós, né?*<sup>25</sup>, A refeição é comunitária, algumas mulheres cuidam da comida, preparada numa barraca de lona, que serve de cozinha. Na hora da refeição, faz-se fila, primeiro se servem as crianças, e, depois, se sobrar, os adultos. Ela recorda sofrida: *‘quando nós acabava de servi, quantas vezes eu durmi com fome, porque não sobrava comida pra gente comê, porque era muita gente e a comida era poca.*

As crianças são levadas para estudarem na escola pública da cidade mais próxima do acampamento<sup>26</sup> e também para terem assistência médica. As mulheres gestantes, em trabalho de parto, vão para o hospital que *“atendia muito bem, diz sorrindo, os remédio também pegava no posto, quando tinham eles davam, tinha muita comunidade que ajudava muito nós com mercadorias, no remédio, nas ropas que até hoje tá dando ropa”.*

No cair da tarde, os companheiros se juntam para contar seus “causos” de humilhação e violência, sua vida na roça ou na periferia da cidade... São lembranças amargas da vida, que os faziam iguais na luta. Mesmo assim, com toda essa camaradagem que eles conseguem estabelecer, D. Amercé diz emocionada:

*“Gente! Não é fácil não. A gente tem muita pressão da polícia, muito sofrimento, não tem nada pra comê, gente fica debaixo de lona. Eu peguei micose no meu ouvido de tanto tomá sol, e ainda a chuva arrancava toda a lona, nós se molhava todo. Quem vê pelo lado da Reforma Agrária pensa que é bonito, mais não é não. É através de muito sofrimento que a gente conseguimos ganhá esse pedaço de terra”*

Seu Alberto, inclinando a cabeça, confirma: *“Morá debaixo de uma lona, um sol quente, um calor daquele, um barracão numa altura assim (faz um gesto com a mão até a altura de sua cabeça, para mostrar a altura do barraco), pra entrá agachado... pra você permanecê num acampamento durante 8 meses, você tem que estar muito decidido, né. Se você não estiver decidido a ficá, você não fica não!”*<sup>27</sup>

As lideranças do acampamento procuram, também, manter o apoio moral do grupo, *“porque se o pessoal fica todo descabeçado, o pessoal acaba voltando pra suas casas, né!”.* À noite, elas se reuniam para discutirem e traçarem as estratégias de luta, porque *“nós tinha que andá também pra não ficá tudo parado, uns ia pra São Paulo, otros ia pra Araçatuba e os que ficava no acampamento ficava em reunião também, discutindo pra vê o que ia faze”*, lembra seu Alberto.

Um aspecto imprescindível no acampamento é a vigilância constante feita por uma equipe de segurança, treinada para esse fim, revezando-se diuturnamente na guarita. Num misto de amargura e orgulho por ter vencido esse desafio, lembra seu Alberto que havia o pessoal que fazia a vigilância noturna, porque eram eles ameaçados constantemente pelos fazendeiros de, *“até queimá os barraco, eles diz que ia derrubá tudo e a gente ficava meio de muringa (fazendo vigília). Então nós durmia poco, assim no acampamento não pode durmi, não podi bobeá tem que ficá atentu. As veis,*

<sup>25</sup> Depoimento de D. Amercé, no dia 12/11/1994.

<sup>26</sup> Hoje já existe nos acampamentos do Rio Grande do Sul, organizado pelo MST, a escola itinerante pública.

<sup>27</sup> Depoimento gravado e filmado com seu Alberto Oliveira, em 12 de novembro de 1994, morador no Assentamento Santa Rita, desde 1988.

se na área de lá tem cachorro que diz: 'Vocês vai sai daqui na luta armada'. A gente tem que fica acordado" (vigilante)<sup>28</sup>.

Assim, os acampados, que vêm de experiências de vida e de trabalho diferenciados, iniciam, dessa forma, novos tipos de relacionamentos, novas amizades, que se vão transformando, paulatinamente, em aprendizagens coletivas e cotidianas. Segundo Antonio Francisco,

*"é um processo educativo o tempo de permanência no acampamento... ele tem que aprender a confiar no outro, né? Ele vai passá um período acampado, dependendo às vezes da cozinha coletiva, do sistema de produção, tem que fazê a manutenção do acampamento, então isso é um processo educativo"<sup>29</sup>. E é nesse espaço que "os trabalhadores vão se reconhecendo publicamente e reconhecendo sua lutas"<sup>30</sup>.*

Em dezembro de 84, essas famílias acampadas recebem uma proposta dos representantes da Secretaria da Agricultura e das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP)<sup>31</sup>, para ocuparem uma área próxima à usina de Nova Avanhandava onde teriam a terra para plantar. Os acampados decidem aceitar e fazem a mudança nos dias 24 e 26/12/84. Mas, no dia 27, logo pela manhã, os mesmos representantes da CESP e Secretaria da Agricultura voltaram para dizer a eles que ali não seria permitido ficar, porque a área era de segurança da usina. Qual a solução? Ficar não podia. "Você faz uma mudança, fica três dias (dá sorriso irônico), os caras, as mesmas pessoas vem dizer que você não pode ficar ali. Então pra onde a gente vai?" comenta Antônio Francisco<sup>32</sup>, com voz de indignação. Segundo D. Amércê, depois que "ficamo 9 meses na beira da estrada, aí a polícia veio, fez pressão com nós, né, judiô muito de nós, aí depois, nós conseguimos vim pros Três Irmão"<sup>33</sup>.

Assim, a nova proposta era que eles assentassem provisoriamente, próximo às Usinas de Três Irmãos 1 e 2, em construção<sup>34</sup>. Para que ocorresse a organização desses assentamentos provisórios, estabeleceu-se um padrão de troca, entre essas instituições e os trabalhadores rurais sem-terra, para dar maior legitimidade ao processo de assentamento. A CESP se comprometeu a dar o terreno pronto, gradeado e a Secretaria da Agricultura se propôs a fornecer as sementes, na forma de troca: ela daria um saco de semente de milho e em troca receberia dois sacos de milho, como pagamento do trabalhador.

Antes de tomarem uma decisão precipitada, os acampados pediram um tempo para os representantes e, em assembléia, decidiram aceitar a proposta, desde que fossem todas as famílias para lá e com alguns recursos para iniciarem o cultivo da terra. Após entrarem em acordo com os

28 Depoimento de seu Alberto, no dia 12/11/1994.

29 Depoimento de Antonio Francisco, no dia 03/2/2001.

30 Maria Antônia de SOUZA, Lideranças de assentamentos rurais no Pontal de Paranapanema: Memória de uma trajetória. p.70.

31 A CESP se faz presente nessa negociação, porque está associada ao processo de construção de barragens para a geração de energia elétrica no Estado de São Paulo. Para sua construção, expropria as terras próximas das usinas para a formação dos lagos e expulsa um grande número de camponeses que vivem na área. Essa expropriação leva a organização de movimentos contra as barragens; e a CESP atuou nesse caso, pois estava interessada em resolver possíveis conflitos de terra. (Cf., LEITE, Sérgio P. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). In: MEDEIROS, Leonilde, et al. (orgs.). 1994.

32 Depoimento de Antônio Francisco, em 12/11/1994.

33 Depoimento de D. Amércê, em 12/11/1994.

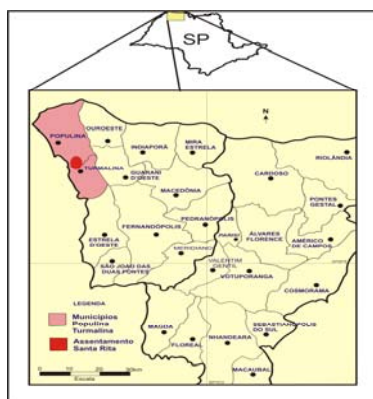
34 Disponível em: <http://www.mst.org.br/andradina>, p.4. Acesso em: 03/08/2001.

representantes dos dois órgãos, imediatamente desmancharam e despacharam o acampamento. Vários caminhões fizeram o transporte até as usinas hidrelétricas de Três Irmãos 1 e 2. Chegaram à área no dia 28/12/84 e lá permaneceram até julho de 1988. Enfim, assentados. Provisoriamente, mas assentados!

A CESP cumpre sua parte do acordo, prepara a terra, faz abastecimento de água e assegura assistência médica. A Secretaria da Agricultura fornece sementes, assistência técnica e cestas básicas até os assentados colherem os primeiros mantimentos. Um ano depois, conseguiram, para cada família, mais um alqueire próximo ao assentamento. Os assentados produziam milho, arroz, feijão, algodão e criaram galinhas, porcos, para o consumo, principalmente.

Em 1987, a CESP alertou os assentados que estava terminando as obras da usina de Três Irmãos 1 e 2 e que brevemente teriam que se mudar. Para onde iriam? Dúvidas, incertezas, desesperanças, mas unidos para a continuação da luta. No final desse ano e início de 1988, o INCRA anunciou que iria assentar 18 famílias acampadas, nas terras desapropriadas da fazenda Esmeralda (município de Pereira Barreto), e 9 famílias na fazenda Santa Rita (entre os municípios de Turmalina e Populina), também desapropriada: três famílias de Três Irmãos 1 (Andradina) e seis de Três Irmãos 2 (Pereira Barreto).

#### LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA RITA



**Fonte:** Carta do Brasil IBGE (1990). Orgs.: Christiano Y. Kakuta e Reolarde Ramalho Barbudo

Quando se constituiu o Assentamento Santa Rita, dividido em dezoito lotes, e se espalhou a notícia de que sem-terra estavam vindo para ocupá-los, criou-se entre os moradores de Populina e Turmalina, um clima de desespero e animosidade por estarem imbuídos da idéia de que esse pessoal era violento, assassino, vagabundo. Assim para fazer frente a esse problema, sindicalistas e autoridades locais passam a fazer reuniões constantes, com o propósito de encontrarem um meio de diminuir o número de migrantes e beneficiarem demandantes de terra - os trabalhadores rurais bóias-frias, meeiros ou posseiros<sup>35</sup>, que moravam ou na periferia da vila ou na própria fazenda -, com um

<sup>35</sup> Bóias-frias, terminologia adotada na sociologia brasileira para designar os trabalhadores rurais que vivem como assalariados temporários. Essa designação teve origem entre os assalariados cortadores de cana, na década de 60. Meeiro é o trabalhador rural que planta em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o dono das terras. Posseiro é aquele agricultor que trabalha com sua família numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra.



lote no Assentamento. Esse grupo forma a Comissão Municipal de Populina, para fazer pressão junto aos órgãos competentes, como o governo estadual e o INCRA.

Antonio dos Santos, presidente do sindicato na época, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Fé do Sul, reuniu umas 16 famílias para fazerem a ocupação do local, mas é barrado pelo INCRA que segundo seu Avelino, “*resorve acortá*”, ou seja, “*fazê cadastro né?*”. O cadastro dos pretendentes foi feito no próprio Sindicato de Populina, com um funcionário do INCRA... “*Aí levô esses cadastro prá lá (sede do INCRA) e fico*”<sup>36</sup>, esclarece. Nesse meio tempo, chegam os ex-assentados de Três Irmãos, seu Avelino recorda,

*“aí entraro aqui na fazenda, vichiii..., aí entrô na fazenda, e nós? Nós vão ficá, nós vão ficá sem terra. Daí fizemo uma reunião com o prefeito Ademar Melim. E então ai ele disse: Pô, ocois vai prá lá que eu garanto o lugar pro ceis lá”.*

Seu Avelino se expressa como se fosse uma autoridade, mas logo volta ao seu tom normal:

*“Aí nós entrô né, entremo aqui, primera veis que nós veio... Foi dia 17/08. Então nós viemo pra qui e fizemo uns barraco. Aí é que foi dureza. Barraco debaixo da lona né, quando o sol esquentava, quando era noite era um calor! De dia a gente precisava ficá debaixo das árve(...) Então é difícil né? E aí nós fiquemo a vê as máquina, tudo né? Já começô desmata, né? I nisso, começô desmata”*<sup>37</sup>.

Essa questão da “invasão” do lote é tratada por Jurandir:

*“os prefeito na época queria que o pessoal invadia, né? Só que aí o pessoal não... Nenhum invadiu. Quem veio foi os de fora que vieram e... entraram aqui dentro... Os prefeito queria que invadissi... pra se tornar mais fácil pra eles, pra vê se vinha mais rápido, né? Eles queria que tava mais gente aqui do município aqui, não gente de fora, mas só que ai o pessoal de Populina e de Turmalina. Você pode vê que Turmalina aqui na época não entrô ninguém. Entrô o pessoal de Populina que veio, só que eles veio depois que o INCRA tinha legalizado, vai entrá já com os lotes cortado, certo?”*<sup>38</sup>.

Essa fala discordante com a do seu Avelino provavelmente tem a ver com a visão de assentamento que Jurandir tinha na época. Informalmente, disse-me que tinha incorporado a idéia de “invasão”, idéia que o levou, no início, a repudiar e temer os “*de fora*”, achando um absurdo seus pais e amigos morarem e conviverem com essa gente, num mesmo espaço, num mesmo projeto. Invasão que, segundo ele, teria sido feita somente pela gente que vêm “*de fora*”, eximindo desse “pecado” de “invasão” todos os beneficiários da região.

O INCRA decide que nove famílias locais serão beneficiárias com um lote e cabe a Comissão Municipal de Populina selecionar as seis famílias de bóias-frias sindicalizadas e incluir também as três famílias de posseiros das terras de seu Manoel Bezerra (a fazenda Santa Rita). Os posseiros que tinham, por lei, direitos incorporados de permanecer na terra, foram os primeiros beneficiários ao lote, mas tiveram também de participar do processo de cadastramento, é o que esclarece Antônio Francisco:

36 Depoimento gravado com seu Avelino, no dia 03/2/2001, assentado desde 1988.

37 Depoimento de seu Avelino, no dia 03/2/2001.

38 Depoimento gravado com Jurandir dos Santos (Jura), em 03/02/2001. Jurandir mora no lote de seu pai Zumiro dos Santos, desde 1990 e quando este faleceu, tornou-se seu herdeiro. Assinou o Contrato de Assentamento com o INCRA em 20/4/1999, o que lhe deu o direito de beneficiário. É presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento e membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Turmalina, entrevistado em 03/2/2001.

*“O posseiro também tem que fazê inscrição no sindicato pra tê direito, a não ser, vamos supor, aí no sorteio; se ele já morava aqui, ele tinha direito de permanecer onde ele já morava. É o caso do Teço (Abílio Voltera), ele já morava aqui, participô do processo, foi beneficiado, então mora no mesmo lugar que ele já morava, né? Já tinha as benfeitorias, fruta. Já tinha o direito de permanecer onde já tava. Aí é diferente, o seu Luís Miorim e seu Zumiro dos Santos também... Então isso aí é direito que a lei reserva prá eles, pros posseiros, né? Mas a pessoa mora aqui, não faz inscrição no sindicato pra ser beneficiado, ela acaba perdendo... Porque a lei: primeiro você tem que dizê que tá interessado em tê um lote, aí depois vai tê a organização pra que a pessoa possa tê o lote”<sup>39</sup>.*

Essas famílias locais “ocupam” a terra e iniciam a medição dos terrenos, usando cordas, para que pudessem ter uma idéia de onde seriam os lotes e assegurá-los contra outros possíveis “invasores”. Até fins de julho de 1988, as nove famílias de migrantes também já estão reassentadas nesses lotes medidos pelos próprios beneficiários. Nesse primeiro ano, ficou decidido que no lote demarcado primeiro se poderia plantar, porém, depois da colheita, os técnicos do governo iriam fazer uma nova demarcação, agora, oficial. Imediatamente começaram a cultivar a terra com a ajuda de moradores e sitiantes de Turmalina e do pároco local, padre Mário, ligado à CPT. Em novembro, o INCRA chegou para demarcar os lotes,

*“e aí nós já tinha limpado tudo... Esse 1º ano, nós toquemo meu assim, meu junto, separô os pedaço da roça, mais trabaieimo assim... Trabaieimo um ano quase todo junto... Daí pra cá, a gente veio coié, a gente coieiu, depois de um mês veio o financiamento... a gente foi no banco, a Caixa financiô, e aí vem lutando”<sup>40</sup>,* diz seu Avelino, orgulhoso de sua situação atual.

Mas, somente em 1989, os técnicos do DAF<sup>41</sup> fazem a medição oficial: são os lotes atuais. Apesar de algumas famílias serem remanejadas, tendo que se mudar a posição de suas casas, cada um já tinha a idéia de qual seria o seu lote, onde poderia fazer sua casa. Além disso, o DAF se comprometeu a gradear as terras e as entregar preparadas. O cumprimento do acordo foi muito importante para as famílias, explica Francisco,

*“na época isso daqui tudo era um cerradão, né? O DAF ajudou a gente com tratores, né, roçá a área daqui... Depois houve uma queimada. Um moleque, brincando, colocou fogo na palha, queimou um monte de coisa aí. Não sei se foi bom ou se foi ruim, mas logo depois vieram as máquinas do Estado que fizeram o serviço que se propuseram a fazer e, aí, imediatamente, o pessoal começou os primeiros plantios...lavoura de subsistência, vai plantá feijão, milho e algodão, plantou pouco na época. Mais com os financiamentos, o pessoal pagô os financiamentos tudo certinho, e estão até hoje, o pessoal tá produzindo”<sup>42</sup>.*

Mesmo reconhecendo a importância da ação dos órgãos governamentais, de instituições sociais e da comunidade no movimento, os assentados migrantes não esquecem a dimensão da importância primeira de sua luta, porque *“se não fosse nossa luta mesmo, a conquista da terra nós não tinha conseguido, não. É muito sofrimento”<sup>43</sup>,* afirma convicta D. Amércê. Além dessa luta pela terra,

39 Depoimento de Antônio Francisco, em 26/10/1996.

40 Depoimento de seu Avelino, no dia 03/2/2001.

41 O DAF (Departamento de Assentamento Fundiário), órgão do governo do Estado de São Paulo, ligado à Secretaria da Agricultura, responsável pela gestão da política de assentamentos. Administra, conjuntamente com a CESP, quatro projetos de assentamento e com o INCRA, mediante convênio, 11 núcleos, dentre eles, o da Santa Rita.

42 Depoimento de Antônio Francisco, em 12/11/1994.

43 Depoimento de D. Amércê, no dia 12/11/1994.

sofrida, muitas vezes amarga, mas gratificante, eles têm outras frentes de luta: a luta contra estereótipos - ladrões de terra, corjas, vagabundos - criados pela elite agrária, por autoridades governamentais e por grande parte da mídia (que os reforça no dia a dia) e contra o mito da “invasão”.

Dentre os trabalhadores rurais da região, considero o finado seu Valdemar Roque, ex-meeiro, sujeito de experiência *sui generis*, por seu enfrentamento “isolado” de luta pela terra frente ao INCRA, e aos interesses dos latifundiários, desde 1972. No primeiro pedido de terra ao órgão, recusou a proposta para a Transamazônica, mas mesmo resistindo, ele tentou valorizar e colocar em prática a propaganda oficial de colonização da Amazônia<sup>44</sup>, e aceitou ir pra Rondônia,

*“não era fácil. Eu ficava na rede lá no mato lá, pensando: ‘Eu tenho meu filho e vou trazê prá cá’. Lá o problema é a malária. Sabe, é demais, não tinha escola dentro daqueles mato lá. Eu podia até ficá rico hoje, mas meu fio podia dizê assim: ‘Papai trosse nós pra cá, mas não deu estudo e não vale nada isso aqui’, né?”<sup>45</sup>. Desistiu.*

Na condição de “colono retornado dos projetos de colonização da Amazônia, segundo Tavares dos Santos, por ter confrontado a propaganda oficial a partir de suas vivências”<sup>46</sup>, seu Valdemar pegava no rádio, o movimento de demanda, despejo e desapropriação da fazenda Santa Rita, realizado pelo INCRA. Novamente, solicitou um *pedacinho de chão*, agora em sua própria região. Os “antigo moradô” da fazenda seriam os primeiros beneficiários dos lotes, respondeu o INCRA, depois de um ano de espera e “se sobrasse vaga, eles iam me avisa”. Mas, sem acreditar na promessa do INCRA, resolveu, novamente, entrar em confronto com o órgão, e agir por conta própria:

*“Eu não entro aqui na terra e eu não tinha pegado terra coisa nenhuma, que eles não tinha avisado coisa nenhuma, né. Então, é, hoje eu tô na terra e a gente entrou aí. Eu só tinha açúcar que eu trouxe, óleo, porque arroz, feijão, não tinha... Então, sei lá, a gente sofreu muito e não tá bom ainda, mas em vista de quando eu tava aqui, hoje a gente melhora muito. Já tem luz elétrica. Eu não consegui fazê uma casa ainda boa, ainda é de pau-a-pique, mas eu tenho tijolo, tenho telha, madeira já tá comprada. Quero vê se pró próximo ano a gente faz e fazê uma coisa melhor, né?”<sup>47</sup>.*

Reavivando, assim, na memória das famílias assentadas, suas trajetórias de vida na luta por um *pedacinho de chão*, percebemos que o fazer-se dos trabalhadores rurais sem-terra implica “consciência de classe” por parte de seus membros, isto é, “a consciência de uma identidade de

---

44 Ele se refere ao período de ditadura militar no Brasil (1964/1985), em que os governos ditatoriais adotam, através do Estatuto da Terra (1964) um programa de colonização da Amazônia. O assentamento de colonos ocorreria às margens da rodovia Transamazônica. Para isso são desapropriadas as terras de 100KM de cada lado das rodovias federais na região amazônica. O INCRA prevê o assentamento de 100.000 famílias em 1971 e 1.000.000 de famílias até 1980. Os projetos de colonização efetivamente desenvolvidos, porém, não chegaram a assentar mais do que 6.000 colonos. Esse período é denominado “ciclo da colonização contra a reforma agrária” (Cf. BERGAMASCO, Sonia M. P.; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa, p.12). A partir de 1973, no governo do general Garrastazu Médici, os militares abandonam o projeto inicial de “colonizar” a Transamazônica, e iniciam a expansão capitalista na Amazônia, através da penetração de grandes grupos industriais e financeiros, nacionais e multinacionais, em projetos de exploração da madeira, mineração e pecuária. Esses grupos “invadem” a Amazônia, expulsando posseiros e índios das terras que ocupam, implantando um regime de trabalho escravo, baseado na escravidão por dívida, e provocando a devastação de milhares de hectares de mata. (Cf. MORISSAWA, 2001).

45 Depoimento de seu Valdemar Roque, no dia 12/11/1994.

46 José V. Tavares dos SANTOS, A gestação da recusa: o “colono retornado” dos projetos de colonização da Amazônia. In: Revoluções Camponesas na América Latina, p.167-183.

47 Depoimento de seu Valdemar Roque, no dia 12/11/1994.

*interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes*<sup>48</sup>. “Consciência de classe”, que nem sempre é partilhada por todos os seus membros. Afinal, os “novos” sujeitos sociais e históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios, que os colocam numa relação consigo mesmo e com seus companheiros de luta/jornada pela conquista da terra. Para Thompson, isso significa dizer que “*a moral não é uma ‘região autônoma’ da escolha e vontades humanas; ela surge dependente do processo histórico*”<sup>49</sup>.

E no processo de reforma agrária, os sem-terra que, anteriormente à luta, “*são parias, estão fora da sociedade, não têm acesso aos valores sociais*”, na luta deixam de sê-lo “*quando se organizam*”, justifica Stédile, e formam “*uma coletividade de condenados que se fez sujeito da história para revogar a sua condenação... pois organizar-se é, antes de mais nada, inocular-se à substância social e ocupar um espaço social*”<sup>50</sup>.

Assim, o Assentamento Santa Rita é uma forma do trabalhador rural sem-terra, estar recompondo o que lhe foi expropriado, roubado, de devolver “seu chão”, uma conquista dos próprios trabalhadores que vivenciaram lutas, resistências, no processo de reforma agrária. “Pedacinhos de chão”, pequenas unidades de produção, sobre o qual seus sujeitos históricos vão “reinventando” novas táticas de luta que possibilitam a eles continuar “re-inventando” esse espaço, porque “*a cada dia, você tem que pensar nova forma de sobrevivência na terra. É impossível deixar a Deus dar*”, afirma Francisco, e assim, vão construindo um novo cenário, atribuindo novos usos e nomes ao lugar, alterando o perfil social de seus moradores – os assentados –, vivenciando novas experiências, novos conflitos. Pouco a pouco, vão interiorizando uma vivência compartilhada, aceitando o desafio de encontrar a vocação da inclusão e transcender o malefício da exclusão, descortinando-se uma visão sem sentimentalismo, sem passadismo, e também sem nostalgia, a enunciar um ousado projeto do agir coletivo/compartilhado, visando o futuro no próprio presente. É o caso, por exemplo, de seu Avelino que conclui:

*Eu achei muito bom, viche! Mais eu vivo aqui tão contente, viche!!! leu gosto muito daqui, e num ixisti...Por fora ais veis a gente conversa com algum amigo, com algumas pessoa que preguntam, a gente fala. Tem gente que a veise fala: “Ah! os sem-terra não sei o quê , é tudo isso, aquilo, é invavidô, é isso”, mais não é. Num ixisti pra pobre, num ixisti mió que a reforma agrária, porque aqui a gente num tinha nada, nada, a gente só tinha memo a ropa do corpo, o apoio dus fio e a muié e só, e os braço pra trabaiaá. Não tinha nada e hoje já tem arguma coisa...tem o que cumê dentro de casa. Aqui é bão dimais! leu gosto!, (grifo meu)*

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AMARAL, Marina. Justiça da “Elite”. *Caros Amigos*, São Paulo: Casa Amarela, (6), out. 2000.
- BERGAMASCO, Sonia M. P.; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. *Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa*. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

48 Edward P. THOMPSON, A formação da classe operária inglesa, p.17.

49 Edward P. THOMPSON. O termo ausente: experiência. In: Miséria da teoria: ou um planetário de erros, p.189.

50 João P. STÉDILE, A questão agrária no Brasil, p.56.

D'ALÉSSIO, Márcia M. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nova. *Revista Brasileira de História* (25/26). Marco Zero, Fapesp, Anpuh e CNPq.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEDEIROS, Leonilde, et. al. (orgs). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994 (Prismas).

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo: PUC (14). Fev. 1997.

SANTOS, Milton. A territorialização do MST -1984/5 – 1988/9, p.1. In: <<http://www.mst.org.br/historico/historia>>. Acesso em 08/10/2001.

SOUZA, Maria Antônia de. Lideranças de assentamentos Rurais no Pontal de Paranapanema: Memória de uma trajetória. *CIDADANIA/textos*, (1): maio. 1994. Campinas, São Paulo: UNICAMP-FE-GEMDEC, 1996.

STÉDILE, João Pedro. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997 (Espaço & Debate).

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAVARES DOS SANTOS, José V. A gestação da recusa: o “colono retornado” dos projetos de colonização da Amazônia. In: *Revoluções Camponesas na América Latina*. Campinas: UNICAMP, 1985.

THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria: ou o planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. vols.I e II, 1988.